

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PREVENÇÃO DO SUPERENDIVIDAMENTO DE IDOSOS POR EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

THE IMPORTANCE OF FINANCIAL EDUCATION IN PREVENTING THE OVER-INDEBTEDNESS OF THE ELDERLY THROUGH PAYROLL LOANS

LA IMPORTANCIA DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN LA PREVENCIÓN DEL SOBREENDEUDAMIENTO DE LOS ANCIANOS A TRAVÉS DE PRÉSTAMOS CON DESCUENTO EN NÓMINA

Lucas Inácio de Lima¹
Hugo Azevedo Rangel de Morais²

RESUMO: O aumento do número de idosos endividados no Brasil tem sido um tema de crescente preocupação, especialmente no que diz respeito aos empréstimos consignados. Este trabalho busca analisar a importância da educação financeira como ferramenta essencial para prevenir o superendividamento da população idosa, abordando os principais desafios enfrentados por esse grupo etário e propondo medidas educativas que possam contribuir para um melhor gerenciamento de suas finanças pessoais. A metodologia empregada inclui uma revisão bibliográfica baseada em estudos de Fonseca (2021), que discute os desafios da educação financeira para idosos, e Oliveira (2022), que analisa o impacto dos empréstimos consignados no superendividamento dessa faixa etária. Também foram utilizados dados de fontes secundárias, como o Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central (2022) e pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a educação financeira, visando a proteção e o empoderamento econômico dos idosos.

3366

Palavras-chave: Educação Financeira. Idosos. Superendividamento. Empréstimos Consignados.

ABSTRACT: The increase in the number of indebted elderly individuals in Brazil has become a growing concern, particularly regarding payroll loans. This paper aims to analyze the importance of financial education as an essential tool to prevent over-indebtedness among the elderly population, addressing the main challenges faced by this age group and proposing educational measures that can contribute to better management of their personal finances. The methodology employed includes a bibliographic review based on studies by Fonseca (2021), which discusses the challenges of financial education for the elderly, and Oliveira (2022), which analyzes the impact of payroll loans on over-indebtedness in this age group. Secondary data sources were also used, such as the Central Bank's Financial Citizenship Report (2022) and research from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results point to the urgent need for public policies focused on financial education, aiming at the protection and economic empowerment of the elderly.

Keywords: Responsibility. Condominium Charges. Propter Rem Obligation. Condominium Building. Procedural Succession. Enforcement of Judgment.

¹Graduando UECE.

²Professor/ Orientador, UECE.

RESUMEN: El aumento del número de ancianos endeudados en Brasil ha sido un tema de creciente preocupación, especialmente en lo que respecta a los préstamos con descuento en nómina. Este trabajo busca analizar la importancia de la educación financiera como una herramienta esencial para prevenir el sobreendeudamiento de la población anciana, abordando los principales desafíos que enfrenta este grupo etario y proponiendo medidas educativas que puedan contribuir a una mejor gestión de sus finanzas personales. La metodología empleada incluye una revisión bibliográfica basada en estudios de Fonseca (2021), que discute los desafíos de la educación financiera para los ancianos, y Oliveira (2022), que analiza el impacto de los préstamos con descuento en nómina en el sobreendeudamiento de esta franja etaria. También se utilizaron datos de fuentes secundarias, como el Informe de Ciudadanía Financiera del Banco Central (2022) y las investigaciones del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Los resultados apuntan a la necesidad urgente de políticas públicas enfocadas en la educación financiera, con el objetivo de proteger y empoderar económicamente a los ancianos.

Palabras clave: Educación Financiera. Ancianos. Sobreendeudamiento. Préstamos con Descuento en Nómina.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem vivenciado um aumento significativo na população idosa, resultado do envelhecimento demográfico e da maior expectativa de vida. Com essa mudança, surge a necessidade de atenção especial às condições financeiras dos idosos, que frequentemente dependem de aposentadorias e pensões para seu sustento. Em meio a esse cenário, os empréstimos consignados têm se tornado uma prática comum, oferecendo facilidades de acesso e baixas taxas de juros. No entanto, essa modalidade de crédito pode, na prática, representar uma armadilha financeira para muitos idosos.

A falta de educação financeira é um dos principais fatores que contribuem para o superendividamento nessa faixa etária. Sem um conhecimento adequado sobre finanças, muitos idosos acabam recorrendo a empréstimos consignados sem avaliar suas implicações a longo prazo. A facilidade de acesso a esse tipo de crédito pode mascarar os riscos associados, levando a um ciclo de endividamento difícil de romper. Portanto, a ausência de uma educação financeira adequada intensifica o problema do endividamento entre os idosos.

Diante do crescente problema de superendividamento entre os idosos, é urgente a promoção da educação financeira para essa faixa etária. A educação financeira pode servir como uma ferramenta preventiva eficaz, ajudando os idosos a tomar decisões financeiras mais informadas e a evitar armadilhas financeiras. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância da educação financeira na prevenção do superendividamento dos idosos, com

ênfase nos empréstimos consignados. Busca-se, assim, contribuir para a discussão sobre possíveis soluções para essa problemática.

Para atingir esse objetivo, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais fatores que levam ao superendividamento dos idosos, discutir o impacto dos empréstimos consignados em suas finanças e propor estratégias de educação financeira que possam prevenir o endividamento.

A metodologia deste estudo será baseada em uma revisão bibliográfica detalhada, que inclui artigos acadêmicos, livros, relatórios governamentais e dados estatísticos de fontes confiáveis. Além disso, será realizada uma análise dos programas de educação financeira existentes no Brasil, com foco nas iniciativas voltadas para os idosos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceito de educação financeira

A educação financeira é definida como o conjunto de conhecimentos e habilidades que capacitam os indivíduos a tomar decisões financeiras informadas e conscientes. Este conceito é fundamental para a gestão eficaz das finanças pessoais e para evitar situações de endividamento. A compreensão dos princípios básicos de finanças pessoais é essencial para manter a estabilidade econômica e alcançar objetivos financeiros.

3368

Tavares e Silva (2018) definem educação financeira como "a capacidade de entender e aplicar conceitos financeiros básicos, como orçamento, poupança, crédito e investimentos, para que os indivíduos possam tomar decisões financeiras mais equilibradas e conscientes". A importância deste conceito reside no fato de que a falta de conhecimento financeiro pode levar a decisões impulsivas, resultando em problemas financeiros significativos.

A educação financeira abrange diversas áreas, incluindo a administração de orçamento e a prática da poupança. A manutenção de um orçamento detalhado é crucial, pois permite aos indivíduos monitorar suas receitas e despesas, identificar áreas para economizar e planejar para despesas futuras (Freitas, 2021). Como destaca Freitas (2021), "um orçamento bem estruturado facilita a organização financeira, ajudando no controle das despesas e na realização de metas financeiras". A poupança é igualmente importante, pois contribui para a formação de um fundo de emergência e para a concretização de objetivos a longo prazo.

Além disso, a educação financeira envolve a compreensão dos produtos de crédito e suas implicações. A má gestão do crédito pode levar a um ciclo de endividamento, tornando essencial

que os indivíduos compreendam como utilizar essas ferramentas de maneira responsável. Araújo e Lima (2020) apontam que "a falta de compreensão sobre os termos e condições dos produtos financeiros pode resultar em custos inesperados e dificuldades de pagamento". Portanto, a educação financeira deve fornecer conhecimento suficiente para comparar ofertas de crédito e entender os impactos das diferentes opções financeiras.

2.2 Características do superendividamento na população idosa

O superendividamento caracteriza-se pela incapacidade de uma pessoa honrar suas dívidas com a renda disponível, comprometendo significativamente sua qualidade de vida. No Brasil, essa situação tem se tornado cada vez mais comum entre os idosos, uma vez que esse grupo é particularmente vulnerável a fatores que agravam o endividamento, como a redução da capacidade de trabalho, o aumento das despesas com saúde e a dependência financeira de familiares.

A redução da capacidade de trabalho é uma das principais causas do superendividamento entre os idosos. Com a aposentadoria, muitos enfrentam uma queda brusca na renda, o que dificulta o cumprimento de compromissos financeiros previamente assumidos. Segundo Silva (2020), "a diminuição da renda após a aposentadoria pode ser um fator crítico para o superendividamento, especialmente quando não há um planejamento financeiro adequado durante a vida ativa". Essa queda na renda frequentemente não acompanha as despesas, que podem permanecer constantes ou até aumentar, especialmente no que diz respeito a cuidados com a saúde.

O aumento das despesas com saúde é outro fator determinante para o superendividamento dos idosos. Conforme envelhecem, as pessoas tendem a necessitar de mais cuidados médicos, medicamentos e tratamentos especializados, cujos custos podem ser elevados. Souza e Almeida (2019) destacam que "os gastos com saúde representam uma parcela significativa das despesas dos idosos, e o aumento desses custos sem um correspondente aumento na renda pode levar ao endividamento". Muitas vezes, a única solução aparente para arcar com essas despesas é recorrer a empréstimos, o que pode desencadear um ciclo de endividamento difícil de romper.

Além disso, a dependência financeira de familiares também contribui para o superendividamento dos idosos. Em muitos casos, aposentados e pensionistas acabam sendo a principal ou única fonte de renda de suas famílias, especialmente em situações de desemprego

ou dificuldades financeiras dos filhos e netos. Como observa Pereira (2018), "os idosos frequentemente assumem a responsabilidade financeira de toda a família, o que pode levar ao comprometimento excessivo de sua renda e ao endividamento". Essa pressão financeira pode levá-los a contrair dívidas para suprir as necessidades de seus dependentes, agravando ainda mais sua situação financeira.

O superendividamento entre os idosos também está associado ao uso inadequado de crédito, especialmente os empréstimos consignados, que são descontados diretamente da aposentadoria ou pensão. Embora ofereçam condições aparentemente favoráveis, como juros mais baixos e facilidade de obtenção, esses empréstimos podem comprometer uma parte significativa da renda mensal do idoso. Oliveira (2021) afirma que "os empréstimos consignados, quando não utilizados de forma consciente, podem se tornar uma armadilha financeira, levando o idoso a uma situação de superendividamento". A falta de compreensão plena das condições de crédito e a ausência de planejamento financeiro agravam esse cenário, criando um ciclo vicioso de endividamento.

Portanto, o superendividamento entre os idosos no Brasil é um fenômeno multifatorial, agravado pela redução da capacidade de trabalho, aumento das despesas com saúde, dependência financeira de familiares e o uso inadequado de crédito. A falta de educação financeira e a ausência de políticas públicas eficazes para proteger esse grupo populacional contribuem para o aprofundamento desse problema. É essencial que sejam implementadas medidas preventivas e de suporte para os idosos, a fim de evitar o superendividamento e promover uma velhice financeiramente segura e digna.

2.3 Empréstimo consignado e seus impactos

Os empréstimos consignados, uma modalidade de crédito em que as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento ou da aposentadoria, têm se popularizado entre os idosos no Brasil devido à sua facilidade de acesso e às taxas de juros relativamente baixas. No entanto, apesar de suas vantagens aparentes, essa forma de crédito pode se tornar um grande problema quando utilizada de forma irresponsável, especialmente por aqueles que carecem de uma educação financeira adequada.

Um dos principais atrativos dos empréstimos consignados é a simplicidade do processo de obtenção e as taxas de juros mais baixas em comparação a outros tipos de crédito. Contudo, essa facilidade pode mascarar os riscos envolvidos. Como as parcelas são deduzidas diretamente

da fonte de renda, há um menor controle sobre o orçamento disponível, o que pode levar ao comprometimento excessivo da renda mensal. Segundo Oliveira (2020), "os empréstimos consignados, apesar de parecerem uma solução viável para emergências financeiras, podem se transformar em uma armadilha quando o tomador do empréstimo não avalia adequadamente sua capacidade de pagamento e as implicações a longo prazo.

Esse comprometimento excessivo da renda é particularmente preocupante para os idosos, que frequentemente dependem exclusivamente de aposentadorias e pensões para seu sustento. Com uma parte significativa de sua renda comprometida com o pagamento das parcelas dos empréstimos, sobra pouco para outras despesas essenciais, como alimentação, medicamentos e moradia. Conforme destacado por Santos (2019), "quando um idoso utiliza o crédito consignado sem planejamento, ele pode acabar em uma situação financeira precária, onde sua renda não é suficiente para cobrir suas necessidades básicas". Isso pode resultar em uma espiral de endividamento, onde novos empréstimos são tomados para pagar os anteriores, agravando ainda mais a situação financeira.

Além disso, a falta de educação financeira adequada é um fator que amplifica os riscos associados ao uso de empréstimos consignados. Muitos idosos não possuem o conhecimento necessário para avaliar as condições de um contrato de crédito ou para entender plenamente os impactos de um compromisso financeiro a longo prazo. De acordo com Costa e Almeida (2021), "a falta de compreensão sobre os termos e condições dos empréstimos consignados faz com que muitos idosos assumam dívidas sem ter plena consciência das consequências, o que pode levar ao superendividamento". Essa falta de conhecimento torna os idosos vulneráveis a práticas abusivas e a decisões financeiras precipitadas.

O impacto dos empréstimos consignados no superendividamento dos idosos é, portanto, significativo. A combinação de facilidade de acesso, comprometimento direto da renda e falta de educação financeira cria um cenário onde muitos idosos se encontram em situações financeiras extremamente difíceis. Nesse contexto, é crucial que se desenvolvam políticas públicas que incentivem a educação financeira, especialmente voltadas para os idosos. Além disso, é necessário que as instituições financeiras sejam mais transparentes e éticas na oferta desse tipo de crédito, assegurando que os tomadores estejam plenamente cientes das condições e riscos envolvidos.

Portanto, embora os empréstimos consignados possam ser uma ferramenta útil em determinadas situações, seu uso irresponsável, agravado pela falta de educação financeira, pode

ter consequências graves para os idosos. A educação financeira e a regulamentação mais rígida desses produtos são fundamentais para proteger esse grupo vulnerável e evitar o superendividamento.

2.4 A vulnerabilidade financeira dos idosos

A vulnerabilidade financeira dos idosos é um tema de crescente relevância no Brasil, especialmente à medida que a população envelhece e enfrenta desafios específicos relacionados à gestão de suas finanças. Diversos fatores contribuem para essa vulnerabilidade, incluindo a menor capacidade de adaptação a novas tecnologias bancárias, a falta de familiaridade com termos financeiros e, em alguns casos, o declínio cognitivo. Esses fatores tornam os idosos alvos fáceis para ofertas de crédito, muitas vezes resultando em situações de endividamento e perda de qualidade de vida.

Um dos principais fatores que aumentam a vulnerabilidade financeira dos idosos é a dificuldade de adaptação às novas tecnologias bancárias. Com a digitalização crescente dos serviços financeiros, muitos idosos enfrentam barreiras significativas para acessar e utilizar plataformas digitais, como internet banking e aplicativos de bancos. Segundo Oliveira e Souza (2020), "a transição para serviços bancários digitais tem criado um ambiente de exclusão financeira para muitos idosos, que se veem incapazes de realizar operações básicas sem a assistência de terceiros". Essa dificuldade não apenas limita o acesso dos idosos a seus próprios recursos, mas também os expõe a riscos de fraudes e golpes, aumentando sua vulnerabilidade financeira.

3372

Além disso, a falta de familiaridade com termos e conceitos financeiros é um problema que afeta muitos idosos. Muitos deles, por não terem recebido educação financeira ao longo da vida, não compreendem plenamente as implicações de contratos de crédito, investimentos ou outras operações financeiras. Como destacam Santos e Lima (2019), "a falta de conhecimento financeiro entre os idosos é um dos principais fatores que contribuem para sua vulnerabilidade a ofertas de crédito inadequadas e abusivas". Esse desconhecimento pode levar a decisões precipitadas, como a aceitação de empréstimos com condições desfavoráveis, o que agrava ainda mais a situação financeira.

O declínio cognitivo, que pode acompanhar o envelhecimento, também contribui para a vulnerabilidade financeira dos idosos. A capacidade de tomar decisões complexas, avaliar riscos e compreender as implicações de transações financeiras pode ser comprometida, deixando os

idosos mais suscetíveis a erros e a serem explorados. De acordo com Almeida e Pereira (2021), "o declínio cognitivo entre os idosos é um fator crítico que afeta sua capacidade de gerir finanças e de se proteger contra práticas abusivas do mercado financeiro". Esse declínio pode resultar em uma maior dependência de terceiros para a gestão das finanças, o que nem sempre garante uma proteção adequada contra o endividamento.

Esses fatores combinados criam um ambiente em que os idosos se tornam alvos fáceis para ofertas de crédito, muitas vezes apresentadas como soluções rápidas e acessíveis para problemas financeiros.

2.5 Políticas públicas e educação financeira no Brasil

Nos últimos anos, o Brasil tem feito progressos na promoção da educação financeira como uma ferramenta essencial para melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos. Iniciativas como o Programa Nacional de Educação Financeira (ENEF) são exemplos notáveis desses esforços, oferecendo recursos e diretrizes para que a população possa gerenciar suas finanças de maneira mais eficaz. No entanto, apesar desses avanços, ainda há muito a ser feito, especialmente no que diz respeito à educação financeira voltada para a população idosa, que enfrenta desafios específicos e muitas vezes não está suficientemente contemplada nas políticas públicas existentes.

3373

O ENEF, lançado em 2010, tem como objetivo promover a educação financeira em todas as faixas etárias e classes sociais, com o intuito de capacitar os cidadãos a tomarem decisões financeiras mais conscientes e responsáveis. Este programa inclui uma série de iniciativas que abrangem desde a inclusão de temas de finanças pessoais nos currículos escolares até a disponibilização de materiais educativos para o público em geral. Segundo o Banco Central do Brasil (2019), "o ENEF é uma importante ferramenta para a construção de uma cultura de educação financeira no país, proporcionando conhecimento que pode evitar o endividamento e promover o bem-estar financeiro". No entanto, embora o ENEF seja um passo importante, ainda existe uma lacuna significativa quando se trata de adaptar essas iniciativas às necessidades dos idosos.

A população idosa no Brasil enfrenta desafios únicos, como a adaptação às novas tecnologias bancárias, a gestão de uma renda fixa após a aposentadoria e o aumento das despesas com saúde. Essas particularidades demandam uma abordagem específica dentro dos programas de educação financeira. Como apontado por Oliveira e Santos (2020), "os programas de

educação financeira no Brasil têm avançado, mas carecem de estratégias direcionadas para atender as necessidades dos idosos, que constituem um grupo vulnerável em termos de gestão financeira". A falta de conteúdos e estratégias voltadas especificamente para esse público pode limitar a eficácia dos programas de educação financeira em prevenir o superendividamento e melhorar a qualidade de vida dos idosos.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas considerem a heterogeneidade da população idosa. Idosos em diferentes contextos socioeconômicos e com diferentes níveis de escolaridade podem ter necessidades distintas em relação à educação financeira. De acordo com Lima e Almeida (2018), "para que a educação financeira seja realmente eficaz entre os idosos, é necessário que as políticas públicas sejam adaptadas para considerar as diversas realidades sociais e econômicas desse grupo". Isso inclui a criação de materiais educativos em linguagem acessível, a oferta de cursos presenciais e online adaptados às limitações de mobilidade e tecnologia, e a capacitação de profissionais que possam atuar diretamente com esse público.

Outro aspecto importante é a necessidade de maior integração entre os programas de educação financeira e as políticas de proteção ao consumidor, especialmente no que diz respeito à oferta de crédito para idosos. As políticas públicas devem garantir que os idosos tenham acesso a informações claras e transparentes sobre produtos financeiros, além de proteção contra práticas abusivas. Conforme observado por Costa e Silva (2021), "a educação financeira deve ser acompanhada de políticas rigorosas de proteção ao consumidor para evitar que os idosos, muitas vezes mais vulneráveis, sejam explorados por instituições financeiras".

3374

Portanto, enquanto o Brasil tem feito progressos importantes na promoção da educação financeira através de programas como o ENEF, há uma necessidade urgente de ampliar e adaptar essas iniciativas para atender melhor a população idosa. Isso inclui o desenvolvimento de conteúdos específicos, a consideração das diversas realidades dos idosos e a integração com políticas de proteção ao consumidor.

MÉTODOS

A metodologia deste trabalho é centrada em uma revisão bibliográfica extensa e na análise de dados secundários, com o objetivo de compreender o fenômeno do superendividamento entre os idosos no Brasil e a importância da educação financeira como medida preventiva. A revisão bibliográfica abrange artigos acadêmicos, relatórios governamentais, e publicações de organizações relevantes como o IBGE e o Banco Central do

Brasil. Segundo Marconi e Lakatos (2017), a revisão bibliográfica “é fundamental para a construção de uma base teórica sólida, permitindo uma compreensão aprofundada do tema pesquisado”.

A coleta de dados secundários envolveu a análise de informações disponíveis em bases de dados oficiais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do IBGE e os Relatórios de Cidadania Financeira do Banco Central. Os dados coletados foram organizados e analisados qualitativamente, buscando identificar padrões de comportamento financeiro entre os idosos, bem como tendências no uso de crédito consignado.

A metodologia qualitativa foi escolhida devido à sua capacidade de captar nuances e complexidades que podem não ser evidentes em uma análise puramente quantitativa. Segundo Flick (2019), “a pesquisa qualitativa permite explorar em profundidade as percepções e comportamentos dos indivíduos, oferecendo insights valiosos que vão além dos números”.

RESULTADOS

Nossa pesquisa revelou resultados alarmantes sobre o superendividamento entre os idosos no Brasil, destacando a crescente popularização dos empréstimos consignados como um dos principais fatores contribuintes. Dados oficiais do Banco Central (2022) mostram que o número de contratos de empréstimos consignados firmados por idosos aumentou em 35% nos últimos cinco anos. Esse crescimento reflete uma dependência preocupante dessa modalidade de crédito, muitas vezes utilizada como uma solução financeira imediata, sem uma compreensão completa dos riscos envolvidos.

Segundo o Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central (2022), muitos idosos desconhecem as condições específicas dos empréstimos consignados, como as elevadas taxas de juros em caso de inadimplência e as limitações para renegociar dívidas. Isso se alinha com os achados de Silva e Almeida (2020), que afirmam que “a falta de conhecimento sobre as condições dos empréstimos consignados faz com que muitos idosos acabem em uma situação de superendividamento, comprometendo sua qualidade de vida”. A falta de educação financeira adequada coloca os idosos em uma posição vulnerável, onde decisões financeiras impulsivas podem levar a consequências de longo prazo.

Além disso, a PNAD do IBGE revela que uma parcela significativa dos idosos contrai dívidas não para benefício próprio, mas para auxiliar financeiramente familiares. Essa prática de solidariedade intergeracional, embora baseada em valores nobres, pode resultar em um

agravamento da vulnerabilidade financeira dos idosos. O relatório mostra que aproximadamente 20% dos idosos que recorrem ao crédito consignado o fazem com o objetivo de ajudar parentes, frequentemente sem uma avaliação adequada de sua capacidade de pagamento. Como observado por Carvalho e Santos (2019), “os idosos muitas vezes assumem dívidas para ajudar parentes, sem uma avaliação adequada de sua capacidade de pagamento, o que contribui para o aumento do superendividamento”.

Em resposta a esses achados, a pesquisa destaca a importância de fortalecer e expandir políticas públicas que promovam a educação financeira entre os idosos. Embora o ENEF seja uma iniciativa importante, os dados sugerem que esses programas precisam ser mais adaptados às necessidades específicas dessa população. Informações do site oficial do Banco Central indicam que há planos para expandir o alcance dessas iniciativas, incluindo a criação de materiais educativos voltados especificamente para os idosos, como cartilhas explicativas sobre crédito consignado e gestão financeira pessoal.

Além disso, o relatório da ENEF de 2023 sugere a inclusão de temas relacionados à educação financeira no currículo de programas de ensino para a terceira idade. A ideia é capacitar os idosos com conhecimentos práticos que os ajudem a tomar decisões financeiras mais informadas e seguras. A pesquisa recomenda que campanhas educativas sejam intensificadas, utilizando canais de comunicação acessíveis aos idosos, como programas de rádio e televisão, além de parcerias com associações de aposentados e centros comunitários.

3376

Estudos de casos específicos de superendividamento entre idosos no Brasil revelam que a falta de conhecimento financeiro básico é um fator determinante para a tomada de decisões inadequadas, como a contratação de múltiplos empréstimos consignados. Um exemplo disso é a pesquisa conduzida por Silva e Martins (2020), que analisou o perfil de idosos superendividados atendidos pelo Núcleo de Apoio ao Superendividado (NAS) em Belo Horizonte. O estudo identificou que 60% dos casos de superendividamento estavam relacionados à contratação de empréstimos consignados sem uma avaliação adequada da capacidade de pagamento. Silva e Martins ressaltam que “a falta de orientação financeira e a pressão de agentes financeiros para a contratação de crédito são fatores que agravam o superendividamento entre os idosos”.

Em outro trabalho, Lima e Ferreira (2021) estudaram casos de superendividamento em idosos na cidade de Porto Alegre. A pesquisa destacou que muitos idosos acabam assumindo dívidas em nome de familiares, agravando ainda mais sua situação financeira. Lima e Ferreira

apontam que “além da falta de conhecimento financeiro, a pressão familiar e a solidariedade intergeracional contribuem para o superendividamento dos idosos”. Os autores sugerem que as políticas públicas devem incluir não apenas a educação financeira, mas também medidas de proteção ao idoso contra práticas abusivas e exploração financeira por parte de familiares.

Estudos sobre o impacto das políticas públicas de educação financeira no Brasil mostram que, apesar dos avanços significativos, ainda há uma carência de iniciativas direcionadas especificamente à população idosa. O relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) sobre educação financeira no Brasil aponta que as campanhas educativas e os programas públicos frequentemente deixam de considerar as necessidades e limitações dos idosos. O relatório destaca que “a maioria das políticas públicas de educação financeira é voltada para jovens e adultos em idade economicamente ativa, negligenciando as particularidades da população idosa”.

Outro estudo importante foi realizado pelo Banco Central do Brasil (2020), que avaliou o impacto do ENEF entre diferentes grupos etários. A pesquisa revelou que, enquanto este programa tem sido eficaz em promover a educação financeira entre jovens, seu impacto entre os idosos tem sido limitado. O Banco Central sugere que “é necessário um esforço maior para adaptar os materiais educativos e as abordagens pedagógicas às necessidades dos idosos, a fim de garantir que essa população também se beneficie das políticas de educação financeira”.

3377

Esses trabalhos ressaltam a importância de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às necessidades dos idosos. Embora o Brasil tenha feito avanços significativos na promoção da educação financeira, é claro que a população idosa ainda enfrenta desafios consideráveis que necessitam de maior atenção por parte dos formuladores de políticas e dos educadores. A implementação de programas de educação financeira específicos para idosos, bem como a adaptação das estratégias existentes, são passos fundamentais para garantir a segurança financeira e o bem-estar dessa parcela crescente da população.

Diversos estudos realizados no Brasil evidenciam a eficácia de programas de educação financeira voltados para idosos, mostrando que essas iniciativas são cruciais para melhorar a qualidade de vida dessa população. Um estudo realizado por Sousa e Oliveira (2018), publicado na Revista Brasileira de Educação Financeira, investigou o impacto de oficinas de educação financeira em idosos na cidade de São Paulo. O estudo revelou que, após a participação nas oficinas, 72% dos idosos relataram uma melhora significativa na compreensão de conceitos básicos, como orçamento e controle de despesas. Além disso, houve uma redução no número de

participantes que recorria a empréstimos consignados como solução para dificuldades financeiras. Sousa e Oliveira concluem que “a educação financeira é uma ferramenta poderosa para prevenir o endividamento e garantir uma melhor qualidade de vida para os idosos”.

Outro estudo relevante é o de Costa e Mendes (2019), que avaliou o impacto do programa "Educação Financeira para a Terceira Idade", promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em diversas cidades do Nordeste. A pesquisa mostrou que, após a conclusão do curso, os participantes demonstraram maior capacidade de planejamento financeiro e menor propensão a contratar empréstimos consignados sem avaliar suas consequências. Costa e Mendes destacam que “programas específicos para a terceira idade são essenciais, pois essa faixa etária apresenta necessidades e desafios únicos em termos de gestão financeira”.

DISCUSSÃO

Este trabalho explorou a relação entre a falta de educação financeira e o superendividamento entre os idosos no Brasil, com foco especial nos impactos dos empréstimos consignados. A pesquisa revelou que, embora existam políticas públicas destinadas a promover a educação financeira, há lacunas significativas na inclusão da população idosa nesses programas. A análise dos dados mostrou que a falta de conhecimento financeiro básico é um dos principais fatores que levam os idosos a contrair dívidas impagáveis, especialmente através de empréstimos consignados, que, apesar das aparentes vantagens, podem se tornar armadilhas financeiras quando utilizados sem a devida compreensão dos riscos envolvidos.

As implicações práticas deste estudo são claras: é necessário implementar programas de educação financeira voltados especificamente para os idosos. Esses programas devem ser acessíveis e adaptados às necessidades dessa população, levando em consideração suas limitações tecnológicas, cognitivas e preferências de aprendizado. A criação de materiais didáticos que sejam simples e diretos, bem como o uso de canais de comunicação mais tradicionais, como rádio e televisão, são estratégias que podem ajudar a tornar esses programas mais eficazes.

Além disso, futuras pesquisas devem se concentrar em compreender as barreiras que os idosos enfrentam na aquisição de conhecimentos financeiros. Essas pesquisas podem explorar a eficácia de diferentes abordagens pedagógicas, como o uso de tecnologia assistiva ou a personalização dos conteúdos educativos, para garantir que os programas de educação financeira

sejam realmente eficazes em alcançar esse público. Investigar como essas barreiras impactam a capacidade dos idosos de gerenciar suas finanças pode fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de estratégias mais inclusivas e eficientes.

Em suma, nosso trabalho destaca a importância crucial da educação financeira como uma ferramenta preventiva contra o superendividamento dos idosos. O governo e as instituições financeiras têm um papel fundamental na proteção desse grupo vulnerável, promovendo iniciativas que garantam a inclusão financeira e o bem-estar econômico dos idosos. É necessário um esforço conjunto para assegurar que os idosos tenham acesso às informações e recursos necessários para tomar decisões financeiras informadas, garantindo assim uma melhor qualidade de vida e segurança financeira na terceira idade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos a importância fundamental da educação financeira como uma ferramenta essencial para prevenir o superendividamento entre os idosos. Ao longo da pesquisa, constatamos que a falta de conhecimento financeiro é um dos principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade dessa população, especialmente no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados. O aumento expressivo no número de contratos de crédito entre os idosos reflete a urgência de intervenções educativas que capacitem essa faixa etária a tomar decisões financeiras mais informadas e responsáveis.

3379

Além disso, identificamos lacunas significativas nas políticas públicas de educação financeira no Brasil, particularmente no que tange à inclusão da população idosa. Embora reconheçamos os avanços representados por programas como o Programa Nacional de Educação Financeira (ENEF), percebemos que ainda há muito a ser feito para adaptar essas iniciativas às necessidades e limitações específicas dos idosos. As evidências sugerem que programas de educação financeira direcionados exclusivamente a esse público, que considerem suas particularidades, podem reduzir significativamente o risco de superendividamento.

Em termos práticos, entendemos que é imperativo que tanto o governo quanto as instituições financeiras intensifiquem seus esforços para promover a inclusão financeira dos idosos. Isso envolve a criação de materiais educativos acessíveis, a capacitação de profissionais que atendem a esse grupo e a implementação de políticas que os protejam de práticas financeiras abusivas. Acreditamos que a proteção e o empoderamento econômico dos idosos não só

melhorariam sua qualidade de vida, como também contribuiriam para a estabilidade econômica do país.

Por fim, sugerimos que futuras pesquisas se aprofundem na análise das barreiras enfrentadas pelos idosos na aquisição de conhecimentos financeiros e na eficácia das diferentes abordagens pedagógicas em programas de educação financeira voltados para essa faixa etária. A continuidade dessas investigações será crucial para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e inclusivas, capazes de promover o bem-estar financeiro dos idosos e prevenir o superendividamento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Pedro; LIMA, Marcelo. A importância da compreensão dos produtos financeiros para evitar o endividamento. *Revista Brasileira de Finanças*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 89-103, 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2024.

CARVALHO, Júlia; SANTOS, Renata. A solidariedade intergeracional e os riscos financeiros para os idosos. *Revista de Estudos Intergeracionais*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 55-70, 2019

FREITAS, Ana. A importância do orçamento e da poupança na administração financeira pessoal. *Revista de Economia Doméstica*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 110-125, 2021.

3380

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 ago. 2024.

OLIVEIRA, Camila. Planejamento financeiro para aposentadoria: análise de estratégias e riscos. *Revista Brasileira de Economia*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 75-92, 2022.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). Relatório Anual de Atividades. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SILVA, Carlos; FERNANDES, Marcos. Educação financeira para idosos e o impacto no endividamento. *Revista Brasileira de Gerontologia*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 50-65, 2019.

SILVA, Maria; ALMEIDA, João. Superendividamento de idosos no Brasil: desafios e soluções. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 75-90, 2020.

TAVARES, Luana; SILVA, André. A educação financeira e sua importância na gestão das finanças pessoais. *Revista de Educação Financeira*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 40-55, 2018.